

O conceito de educação no *Emílio* de Rousseau

Arnaldo Nogaro*
Sueli Pokojeski**

Resumo

O presente texto tem o propósito de analisar o conceito de educação no *Emílio* de Rousseau, onde ele objetivava propor um método para a iniciação educativa dentro de uma contextualização social, desde a infância até a idade adulta de um ser humano. A obra *Emílio* valoriza a infância, que vai do nascimento até aproximadamente os dois anos de idade; de dois a doze anos, a idade da natureza; de doze a quinze anos, a idade da força; de quinze a vinte anos, a idade da inteligência; por fim, a idade da educação política e da sabedoria, que é a partir dos vinte anos. Situa um modelo de referência para se estudar o ser humano em fases distintas de saber, numa tentativa de introduzir a competência ou a capacidade resultante dos conhecimentos adquiridos pelo sujeito em seu desenvolvimento intelectual. Essa educação, que se dá no espaço dialético da denúncia, da desigualdade social e que declara o *Emílio* como um modelo de sociedade educativa, finaliza o sentido da educação no

sujeito individual e particular, como um modelo que encontra no *Emílio* um estímulo para a criança no seu desenvolvimento educacional.

Palavras-chave: educação, estado de natureza, liberdade.

* Professor da URI – Campus de Erechim. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Licencianda em Filosofia na URI – Campus de Erechim e aluna especial do Programa de Mestrado da Universidade de Passo Fundo.

Introdução

Jean-Jacques-Rousseau foi um dos maiores pensadores liberais do seu tempo. Suas obras defendem a idéia de voltar à natureza, da perfeição do homem como um ser social, elucidando a educação e a necessidade de desenvolver um contrato social que garanta os direitos e a coletividade natural do homem. Fazendo do seu pensamento um instrumental para ser seguido, desenvolveu uma base conceitual teórica na qual se fundamentam muitos estudos em dias atuais.

A obra *Emílio* parte do princípio de que o homem é naturalmente bom e que a educação recebida da sociedade é inadequada, não respeitando suas regras naturais. Porém, apresenta-se como um referencial de que, numa determinada época, o homem passou a ser estudado como um ser que apresenta diversas maneiras de pensar. Preconiza uma educação como modelo para o ser humano tornar-se melhor, a projeção do homem educado para ser cidadão, a qual tende a reconduzir o homem ao estado de natureza, onde ele pode encontrar a perfeição e a felicidade.

Rousseau escreve quase tudo nesse manual e, por isso, torna-se cada vez mais destaque do mundo educacional, por ser uma pessoa dotada de tendências, instintos, paixões, e frustrações. Essa característica encontra-se nitidamente em suas obras, dentro de um sistema filosófico coerente, uma vez que Rousseau foi filósofo, escritor, romancista e, acima de tudo, buscou o

humano, o desenvolvimento da educação, que propõe como um modelo para ser seguido, deslocando-a para o centro da discussão. A natureza humana deve ser concebida por sua própria forma, composta de princípios acessíveis ao entendimento humano. Utiliza-se da felicidade, da liberdade e da perfeição como pontos fundamentais para o progresso do indivíduo educado para ser um cidadão. Nesse sentido, esta reflexão se desenvolve partindo do pensamento que Rousseau tem do homem e de seu estado de natureza, ou seja, como o ser humano vivia em seu *habitat* natural. Em seguida, o estudo enfoca a sociedade e o convívio social desse homem projetado por Rousseau para ser um cidadão, dentro da tematização do contrato social, onde os homens livres concordam em renunciar aos seus direitos pessoais de julgar, legislar, em favor da comunidade em geral, abarcando, desse modo, a educação, a moral de um sujeito social que visa ao bem comum.

Nosso pensar situa a concepção de educação, bem como suas implicações, visto que o filósofo projeta um método educacional para ser seguido como um modelo, com o propósito de desenvolver no aluno o senso crítico por meio da educação, a fim de ser melhor e não se deixar corromper pela sociedade da qual faz parte como cidadão. Rousseau enfatiza na obra *Emílio* a infância da criança como um dos pontos fundamentais que determinarão o aprendizado para sua vida adulta e a capacidade de enfrentar determinados desafios no contexto onde vive por estar preparado.

E, se, com muita particularidade, Rousseau conseguiu em suas obras mostrar as suas idéias e seus ideais, provoca em nós o movimento pendular entre o que é possível e o que é desejável, ensinando-nos a assumir a nossa própria autonomia como educadores, filósofos ou intérpretes, fazendo as próprias escolhas e sendo responsáveis por elas, numa reflexão perante a sociedade da qual fazemos parte como um todo social. Constitui-se para nós, nesse sentido, um desafio, sem, contudo, nos intimidar, mostrar e defender a importância teórica da educação, trazendo para a atualidade um texto tão criticado e, ao mesmo tempo, tão poucas vezes lido, como o é *Emílio*.

O homem em seu estado de natureza

O homem natural, na contextualização rousseauiana, vivia livre, tendo como marca da sua existência a liberdade, o que lhe permitia uma vida sem imposições de outros homens, bem como não vivia em função de um outro, senão consigo mesmo. Ele nasce indefeso num mundo que ainda não compreende, dependendo dele para todas as suas necessidades para sua sobrevivência. Nesse patamar, o homem não vivia com seu semelhante; preocupava-se somente com o momento presente, deixando de lado as ocupações “trabalhistas” ou da vida cotidiana permeada pelo mundo da produção.

Se o homem livre podia ir em busca daquilo que desejava, sem se preo-

cupar com a opressão que mais tarde viria a dissimular a vontade do povo, revelaria a verdadeira constituição da natureza de um ser humano. “Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação” (ROUSSEAU, 1992, p. 10). Acentuamos a educação que vem da natureza justamente porque é nesse desenvolvimento que se dá a própria experiência sobre as relações dos homens com as coisas, formando um modelo de associações habituais que irão pautar toda a vida do ser humano na busca efetiva do conhecimento para caracterizar-se como um homem social.

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 1992, p. 11).

Se a educação natural fundamentará a vida social, é claro que convencionou a ligação educacional com o intuito de encontrar uma natureza capaz de completar-se autenticamente para a liberdade e a felicidade de seus membros. Anuncia, assim, a hipótese da relação dos homens vivendo em seu estado natural; sadios, felizes, projetados para o bem comum, enquanto cuidam da própria sobrevivência. Entretanto, chegaria uma determinada época em que alguns haviam passado a trabalhar para os outros, criando-se, assim, as desigualdades entre os homens, uma vez que se geraram as dife-

renças sociais. Rousseau vê a sociedade como uma prisão, pois, antes mesmo de existir o estado civil, havia o estado de natureza, onde todos eram iguais. “Rousseau recusa essas duas concepções do estado de natureza.¹ Para ele, o homem natural não é nem sociável e dotado de razão, nem impelido por um egoísmo ativo” (ROUSSEAU, 1989, p. 9). Nesse contexto, o homem natural não tem as características do homem social, e nada no estado natural diz que ele deve deixar o estado de natureza, o qual significa a felicidade e o equilíbrio, que é o bastante para o homem natural.

O homem é perfectível, mas não se transformaria se as “circunstâncias” não mudassem. Ele não tem em si um princípio interno de transformação. As grandes etapas da evolução do homem, que o fazem sair do estado de natureza e passar ao estado social, no início da segunda parte do “Discurso”, ocorreram graças às circunstâncias externas (ROUSSEAU, 1989, p. 11).

Uma importante categoria do homem em estado de natureza, segundo Rousseau, é o que ele chama de “perfeição”, que é a capacidade de se aperfeiçoar aprendendo coisas novas. Se o homem é capaz de imitar os animais, mostra a sua capacidade de tornar-se melhor.² A imitação, embora limitada, é vista em muitos animais. Domesticamos porque os fazemos imitar determinados comportamentos que lhes ensinamos. Essa perfectibilidade à qual Rousseau se refere é, no entanto, a causa da desventura e da infelicidade do homem, pois, se não existisse, tam-

bém não aconteceriam as mudanças da vida humana nem a passagem do estado natural para o estado social.

A sociedade e o convívio com o social

A sociedade é uma interpretação diferenciada, estável e estabelecida entre determinadas pessoas, que competem umas com as outras numa ascensão exorbitante e corruptora dos indivíduos, partindo da sua convivência societária. “Quando, ao invés de educar um homem, se quer educá-lo para os outros? [...] cumpre optar entre fazer um homem ou um cidadão, porquanto não se pode fazer um e outro ao mesmo tempo” (ROUSSEAU, 1992, p. 12). Desse modo, a sociedade passa a ser o vínculo para alcançar uma ação necessária, que é o método educacional proposto por Rousseau, uma vez que, antes da vocação dos pais, a natureza convidava-o para a vida humana, ou ainda, a sua condição, pois esse encadeamento possibilita verificar que a evolução do homem se equivale através do tempo e dos fenômenos naturais.

A liberdade inerente ao homem é vista como um impulso instintivo às tendências sociais do indivíduo já que este não pode ser pensado separado da sociedade, e é também um direito inalienável, pois se diferencia dos outros animais justamente pela racionalidade, estabelecendo padrões de controle, comando e poder entre os outros membros de uma sociedade. “Deve homens a sua espécie, deve à sociedade ho-

mens sociáveis; deve cidadãos ao Estado” (ROUSSEAU, 1992, p. 25). Nessa passagem, o filósofo busca estabelecer bases que dizem como um homem deve ter elementos para fazer tudo o que for necessário à sua vida a fim de que tudo isso ocorra dentro dos parâmetros de comportamento na sociedade, posto que, se não conseguir, não é um homem digno de ser pai e cidadão, pois, se não tiver como arcar com os deveres de pai e de cidadão, não terá esse direito.

Portanto, o homem não substitui as suas qualidades ao lado do crescimento de seus filhos, onde o pilar da educação se inicia em seus vínculos e suas relações. Acredita-se que uma criança não será bem educada por falta de estímulos, até porque, para fazer um homem, é preciso ser mais do que um homem, ou seja, é necessário ter clareza, discernimento e sabedoria para conduzir uma posição social proposta para educar-se um filho, para se fazer dele o melhor dentro de um contexto societário.

Rousseau projeta um aluno fruto de sua imaginação para discorrer sobre conhecimentos trabalhados na educação, que evidencia a existência de uma “ciência” para ensinar as crianças, a do dever do homem, e o mestre dessa ciência deve fazer com que seus alunos encontrem os preceitos necessários na conduta de sua educação para servir de exemplos aos leitores. “[...] a educação natural deve tornar um homem adaptável a todas as condições humanas: ora, é menos razoável educar um pobre para ser rico do que um rico para ser pobre, pois, em proporção do número

das duas condições, há mais arruinados do que enriquecidos” (ROUSSEAU, 1992, p. 29).

Rousseau critica a diferença de condições financeiras e o meio de assegurar o cumprimento do seu dever. O mestre não deve fazer alusão ao ensinar o pobre e o rico uma vez que ao pobre cabe a educação que lhe é possibilitada, e ao rico a educação é condicionada para a vida em sociedade, ou ainda, é em meio a todos esses acontecimentos que o autor localiza na vida social a corrupção humana. Estabelece o pessimismo das diferenças de classes, a fonte de desigualdade entre os homens, mostrando que é aqui que ocorre a necessidade de se elevar a simplicidade, exteriorizada na consciência de cada ser humano. Educa o Emílio para saber diferenciar a desigualdade, como é apresentado no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, onde cita:

[...] como poderia eu meditar sobre a igualdade que a natureza estabeleceu entre os homens e a desigualdade por eles instituída, sem pensar na profunda sabedoria com a qual uma e outra felizmente combinadas neste Estado contribuem da maneira mais semelhante à lei da natureza e mais favorável a sociedade para a manutenção da ordem pública e a felicidade dos particulares (ROUSSEAU, 1989, p. 28).

Não reivindicando uma igualdade absoluta, mas combinada com a igualdade social e natural, Rousseau tenta buscar o modelo essencial para o relacionamento dos homens de maneira direta e imediata e, por isso, projeta no Emílio, seu aluno, a capacidade de

discernir e conservar o estado perfeito para o indivíduo.

Rousseau situa a desigualdade social entre os homens no fato de os seres humanos nascerem bons e a sociedade os corromper; a sociedade e seus valores culturais “criaram” uma propriedade privada, resultando, assim, na divisão do trabalho e numa possível desigualdade de origem social; logo, a sociedade é que corrompe o ser humano enquanto tal “[...] o homem nasce livre e a toda parte encontra-se a ferros...” (ROUSSEAU, 1962, p. 20), ou seja, dentro da sociedade o indivíduo já nasce para o sofrimento, como se fosse algo predestinado. Nessa contextualização, a sociedade é elaborada a partir de convenções, pois, a família é a única sociedade onde “[...] a união dá-se por convenção, sendo, no entanto, uma consequência natural da liberdade humana, dir-se-ia também que é a primeira sociedade política” (p. 20). No entanto, o que o homem perde com o contrato social é sua liberdade natural, ou seja, o direito ilimitado a tudo que ele almeja alcançar. Por outro lado, ganha a liberdade civil, a propriedade e tudo o que ele possui. Essa nova ordem surge quando o homem passa a afirmar ser dono da propriedade. Surge aqui a desigualdade social.

O desenvolvimento da linguagem desencadeou novos conhecimentos e, com isso, aumentou a superioridade de uns sobre os outros uma vez que a justiça não prejudicaria ninguém, e a liberdade e a personalidade seriam enfoques de uma moral deliberada pelos indivíduos. “Os homens não são feitos

para se amontoarem em formigueiros e sim para serem espalhados pela terra que devem cultivar. Quanto mais se juntam, mais se corrompem” (ROUSSEAU, 1992, p. 38). O ser humano é o único animal que não foi feito para viver em rebanho, evidenciando, assim, a sua capacidade racional para atribuir o convívio social, partindo da possibilidade de buscar o conhecimento natural por meio de investigações empíricas, defendendo de forma racional a investigação intelectual, sendo, portanto, o único animal organizado. O Emílio vem com a característica da natureza humana, e a apropriação dessa natureza viabiliza o homem na busca de como se educar para uma vida melhor em sociedade, sem esquecer de relacionar-se com os outros homens e com os animais, sabendo representar as dificuldades no seio da sociedade, suportando, a condição humana e alcançando, assim, seu propósito educacional.

Com o contrato social o desenvolvimento deu-se com o direito do mais forte, embora Rousseau critique a força como um atributo do físico do homem: “[...] a força é um poder físico [...]” (ROUSSEAU, 1962, p. 22). Desse modo, a força não faz o direito do ser humano em qualquer situação de jogo político. Diante do pacto social, Rousseau posiciona-se da seguinte maneira: “[...] encontrar uma força de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental

cuja solução o contrato social oferece” (ROUSSEAU, 1962, p. 27).

A interpretação é muito difundida e, com o intuito de distinguir-se dos demais seres do universo, o homem deve buscar refletir sobre as coisas que o rodeiam, despertando a sua interioridade diante dos fatos que acontecem na sociedade. Rousseau busca com o contrato social a melhor maneira de enfatizar boas condições para o indivíduo enquanto ser social, cada pessoa compete com as outras para buscar uma odiosa ascendência.

A sociedade corrompe as pessoas, nesse sentido, não como um agente da corrupção, mas como a forma em que as tendências corruptas emergem e apossam-se dos seres humanos, dominando e deformando suas relações enquanto têm seu lugar na sociedade. “O homem na sociedade está todo inteiro na sua máscara. Não estando quase nunca em si mesmo, quando está se acha estranho e mal à vontade. O que é, não é nada, o que parece, é tudo para ele” (ROUSSEAU, 1992, p. 258). A única base legítima para a sociedade que deseja viver de acordo com os pressupostos básicos da liberdade humana é deslocar o homem para o centro da discussão, não apenas rompendo com o pensamento natural do homem. A possibilidade de conhecimento dá-se por intermédio da investigação. “O direito do primeiro ocupante, embora mais real do que o do mais forte, só se torna um verdadeiro direito depois de estabelecido o de propriedade. Todo o homem tem naturalmente direito a quanto lhe for necessário, mas o ato positivo que

o torna proprietário de qualquer bem, o afasta de tudo o mais” (ROUSSEAU, 1962, p. 31).

O encadeamento que cada membro confere à liberdade, provavelmente, mais importante do que qualquer outro aspecto da vida humana, e a importância do contrato residem na tentativa de buscar a legitimação das autoridades políticas.

Cada indivíduo busca a fundamentação do conhecimento para manter a posição competitiva, investindo na aquisição do novo conhecer, de novas estratégias e de uma reflexão de caráter social sobre o conceito de educação. Rousseau alude a essa fundamentação quando lembra que a sua concepção de educação é uma educação pública para todas as crianças, baseada na devoção pela pátria e na austeridade moral. Busca a fundamentação do educar, estabelecendo as bases filosófico-conceituais, para que se afirme uma orientação que permita o desenvolvimento da evolução educativa na sociedade, onde projeta indivíduos capazes de viver bem como cidadãos. Por isso, “acumulam-se as reflexões quando queremos ocupar-nos da formação da linguagem e das primeiras palavras da criança. Faça-se o que fizer, ela aprenderá sempre as falas da mesma maneira, e todas as especulações filosóficas são nisso da maior utilidade” (ROUSSEAU, 1992, p. 53).

Desde o início, as crianças conhecem as regras da comunicação e buscam compreender-se com isso. A lei discursiva e o entendimento, a clareza da linguagem e a maneira do relaciona-

mento provocam na criança o domínio da comunicação, e Rousseau enfatiza que a criança que menos se faz entender é a que se torna mais brilhante quando começa a falar. A expressão e a maneira de falar que as crianças possuem adaptam o poder que elas têm, seus sentidos coletivos e a diferença que vão adquirindo à medida que o tempo vai passando e ampliando-se em conhecimentos. As crianças têm a pretensão de falar mais coisas do que pensar em determinadas coisas, e é aqui que Rousseau busca justificar que se devem deixar as crianças exercitarem sozinhas o desenvolvimento da comunicação, porque, quando uma criança é forçada a aprender, o aprendizado em si torna-se mais lento. “Quando as crianças começam a falar, choram menos. Esse processo é natural, uma linguagem substitui a outra” (ROUSSEAU, 1992, p. 58).

Então, faz do Emílio um aluno capaz de expressar seus sentimentos através da fala e mostra a importância de que o chorar por nada não fará dele um cidadão. É pelo efeito dos sentidos e da sensibilidade que a maneira de educar e de ensinar as crianças torna-se preocupante, pois ensina-se o que elas aprenderiam muito melhor sozinhas, esquecendo-se de ensinar como ser uma pessoa de personalidade forte como o Emílio. O Emílio é educado para andar sozinho e, quando cair, aprenda a levantar-se mais cedo.³ “Meu aluno terá muitas contusões, em compensação estará sempre alegre” (ROUSSEAU, 1992, p. 60). O bem-es-

tar da liberdade e a busca constante do aprendizado despertam nas crianças o sentido aguçado de curiosidades.

A linguagem, necessariamente, conduz a atividades de vincular a feliz condição de satisfazer aos desejos na união do pensar e ter muitos “Emílios” dentro de uma sociedade que foi projetada para tal afirmação.

A concepção de educação o método e suas implicações

A mais elementar educação é de natureza, tarefa destinada, primeiramente, às mulheres, visto que têm a possibilidade de ficarem mais perto das crianças que os homens, de darem maior atenção à educação, influenciando diretamente na educação infantil. O que podemos perceber dessa sua concepção consolida-se no pensamento e na tradição da escola moderna de crer que a mulher, pelos seus dotes maternais, é mais apta à educação das crianças do que os homens. Isso se constitui como o “mito da naturalização” da mulher para atuar nas séries iniciais ou na primeira infância.

Essa idéia pode ser verificada na história da educação por meio de vários autores e obras que discutem e problematizam sobre a concepção instalada na cultura ocidental e na tradição escolar: “[...] a educação do homem começa com o seu nascimento; antes de falar, antes de compreender, já ele se instrui” (ROUSSEAU, 1992,

p. 42). No momento em que conhece a sua mãe, quando da amamentação, a criança adquire o conhecimento, aprendendo com isso as necessidades básicas, o chorar quando sente fome e dor, mesmo que as primeiras sensações sejam puramente afetivas. Pode-se, no entanto, fazer uma ponte com as idéias de Kant de educação, quando diz que “[...] o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação faz. Note-se que pode receber esta educação de outros homens, os quais já receberam igualmente de outros” (KANT, 1996, p. 15). Ou seja, a mulher ou os pais, para educá-los, automaticamente, já receberam também uma educação, de forma que uma geração educa a outra pouco a pouco e dentro de suas próprias limitações. Rousseau quer elucidar que essa educação deve ser a melhor para instruir uma criança para ser um cidadão.

Kant diz também: “Não é suficiente treinar às crianças; urge que aprendam a pensar” (KANT, 1996 p. 28). O ensino educacional é proposto para despertar nas crianças o senso crítico, a moral, e a disciplina como complemento para tornar um adulto capaz de cuidar da própria moralização, uma vez que “[...] a cultura moral deve-se fundar sobre máximas, não sobre disciplinas. Esta impede os defeitos; aquelas formam a maneira de pensar” (KANT, 1996, p. 80). Essa cultura situa o ser humano no campo da moral, tendo em vista que o Estado substitui no homem o instinto pela justiça, dando-lhe ações de moral. Tanto Kant quanto Rousseau

evidenciam um modelo disciplinar para transformar o homem diferenciando-o dos animais, pois a disciplina transforma a humanidade. Na sua visão, Kant ilustra que “[...] um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser: uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas o homem tem a necessidade da sua própria razão. Não tem instinto e precisa formar-se por si mesmo o projeto da sua conduta” (KANT, 1996, p. 12).

Contudo, a formulação dessa idéia é uma questão que diz respeito às necessidades humanas de buscar um espaço ideal, de reconciliação do homem consigo mesmo. Essa preponderância relativa da identidade entre homem e cidadão relaciona-se nas associações que fazem deles humanos e educados numa contextualização metodológica, capacitada a explorar a naturalização do social, educando cada homem em particular para melhor viver em sociedade. Desafia, assim, a perfeição da natureza humana que Kant diz estar escondida no próprio problema da educação, tendo o cuidado de instruir e direcionar o homem para desempenhar seu papel de cidadão como um todo.

O homem tem mais vontades e a criança, mais fantasias. Para ambos os desejos não são necessidades reais, e tanto o homem como a criança necessitam um do outro para a realização pessoal, juntamente com o aprendizado que vai surgindo com o passar do tempo em suas vivências. É por isso que o filósofo genebrino enfatiza o modelo educacional em que o mestre e o alu-

no buscam o verdadeiro aprendizado, numa constante e afetiva investigação sobre o aspecto do conhecer e tornar-se cidadão da pólis.

Rousseau propõe um método educacional para projetar um homem como um cidadão social, que saberá viver bem e discernir as dificuldades que possivelmente ocorrerão durante a sua vida, ao mesmo tempo em que nos remete aos princípios e aos planos históricos idealizados numa sociedade bem ordenada, nas diferentes formas de sociabilizar o indivíduo perante as suas relações. “Demais o homem feito já tem a sua condição, seu emprego, seu domicílio; mas quem pode estar certo do que a sorte reserva à criança?” (ROUSSEAU, 1992, p. 156).

Essa simbologia expõe que, se for necessário mudar os conceitos, a mudança de atitudes será uma forma de buscar o desenvolvimento para o conhecer. Com essa intenção, a conceitualização dos efeitos do método que Rousseau propõe é a justificação de mostrar como as coisas surgem da maneira que o limite das relações se ligam, voltando a lançar os fundamentos da liberdade e da igualdade relativas ao entendimento da humanidade enquanto tal, pois “nenhuma sociedade pode existir sem trocas, nenhuma troca sem medida comum, nenhuma medida comum sem igualdade. Assim toda sociedade tem como primeira lei alguma igualdade convencional, seja dos homens, seja das coisas” (ROUSSEAU, 1992, p. 206).

Essa justificação consiste em alcançar as observações de liberdade e igualdade numa fundamentação de

produzir o importante papel do julgar para buscar a construção hipotética da história da humanidade, demonstrada através de argumentos racionais, postos numa participação produtiva na sociedade comportamental, visando a interesses por objetivos comuns. Nesse contexto, o mais importante tratado educacional é a relação que o cidadão faz com suas ações, manifestando seu interesse e suas afirmações dentro da relevância da temática educacional do Emílio. Quando afirma que a igualdade é fundamental, evidencia que “o homem só pode ser livre se for igual; assim que surgir uma desigualdade entre os homens acaba-se a liberdade” (GRUPPI, 1980, p. 8). Fundamenta-se o pensar quando se parte da idéia de que o único fundamento de liberdade é a igualdade e, de novo, se não existir liberdade, não existe igualdade; é, no entanto, o início de uma perturbação das relações humanas, a qual só servirá de base para uma sociedade onde os seres humanos visem ao bem comum.

Com a pretensão desse método, essencialmente, o mestre deve educar o aluno para ser um homem, usando a estrutura provida pelo desenvolvimento natural do aluno, enquanto, ao mesmo tempo, mantém em mente o contexto social, no qual o aluno eventualmente será um membro. Isso somente pode ser conseguido num ambiente muito bem controlado: “[...] a arte do mestre não consiste em deixar que suas observações se atardem em minúcias que a nada se prendem, e sim aproximá-lo sempre das grandes relações que deverá conhecer um dia para bem julgar

da boa e da má organização da sociedade civil. É preciso saber adequar as conversações com as quais o divertimos a mentalidade que lhe demos” (ROUSSEAU, 1992, p. 207).

Seu método de educação era o de “atrasar” o crescimento intelectual da criança: ele a demandava que demonstrasse seus próprios interesses sobre um assunto e fizesse suas próprias perguntas. No estágio da puberdade, no entanto, a sensibilidade do jovem deveria ser educada. O adolescente aceitaria com confiança um contrato livre e recíproco de amizade com seu mestre, que poderia, então, ajudá-lo a descobrir as alegrias da religião e as dificuldades de lidar com a sociedade. “Fazendo passar em revista, diante de uma criança, as produções da natureza e da arte, irritando sua curiosidade, seguindo-a aonde ela leva, tem-se a vantagem de estudar seus gostos, suas inclinações, suas tendências e de ver acender-se a primeira fagulha de seu gênio, se é que tem algum bem marcado” (ROUSSEAU, 1992, p. 218).

O ambiente em que o aluno vive deve ser tal que não haja nenhuma restrição física que não venha do próprio aluno e, depois de desenvolver-se cognitivamente, não deveria haver qualquer restrição moral em seu ambiente. O objetivo é que o aluno desenvolva plenamente seu Eu natural. Obviamente, uma tal educação só seria possível se o aluno fosse totalmente isolado da sociedade e não tivesse contrato social, senão com seu mestre, como é a proposta de Rousseau.

O aluno somente entraria na sociedade quando a tendência para a socialização surgisse como uma de suas necessidades naturais. Isso aconteceria na adolescência, após o desenvolvimento da razão. Segundo Rousseau:

O primeiro sentimento de uma criança é de se amar a si mesma; o segundo, que deriva do primeiro, é de amar aos que dela se aproximam, pois, no estado de fraqueza em que se encontra, ela não conhece ninguém a não ser pela assistência e os cuidados que recebe. A princípio o apego que tem a sua ama e a sua governante não passa de hábito. Procura-as porque precisa delas e que se acha bem com as ter; é mais compreensão do que amizade. Precisa de muito tempo para entender que, não somente elas lhe são úteis, como ainda o querem ser; e é então que começa a amá-las (1992, p. 236).

A tendência natural de se apegar a alguém pela forma como essa pessoa a trata é a afetividade, pela qual se começa a perceber por parte de outras pessoas mais do que cuidados físicos, com o que a criança começa a desenvolver sentimentos e relacionamentos pessoais, não mais instintivamente.

O propósito educacional e a perplexidade

A obra *Emílio ou da educação* apresenta o cidadão ideal e os meios de educar a criança para o Estado de acordo com a natureza, inclusive para um sentido de Deus. A criança deve, portanto, ser criada num meio rural em vez de em ambiente urbano, de modo que ela possa se desenvolver em

continuidade com a natureza mais que em oposição a ela. Os primeiros impulsos da criança são permitidos a desenvolver, mas são canalizados para um respeito genuíno para com as pessoas, um respeito nascido do amor próprio, não do orgulho. Trazido à comunidade por uma tendência natural, ou simpatia para com aqueles ao seu redor, Emílio desenvolve um senso moral e uma necessidade no sentido da perfeição e do crescimento interior, o que lhe permite elevar-se acima das paixões e alcançar a virtude. O método de Rousseau foi a inspiração, começando com métodos universais pedagógicos. Poderíamos aqui fazer menção ao método socrático de aprender, denominado “maiêutica”, cujo objetivo era fazer com que o pensamento surgisse pelo debate, pela interlocução e pelo diálogo, ou seja, a responsabilidade e a capacidade de educar o ser humano como pessoas autônomas numa sociedade complexa e cheia de mudanças.

A habilidade particular dada a cada pessoa depende de como a verdade será conduzida para elencar os conhecimentos e a observação de cada indivíduo no seio da sociedade. “A educação sofre, assim, as influências marcantes da família e também as dos modelos dos grupos sociais numa aprendizagem despercebida, mas envolvente (NISKIER, 2001, p. 99). Por essa estruturação é que se considera a educação uma representação de padrões para formação e a excelência humana, ou ainda, as transformações da natureza e pela constituição dos limites da tecnologia e a dissemina-

ção dos meios de comunicação, que acabam muitas vezes direcionando as atitudes das pessoas, principalmente das crianças na educação.

Rousseau mostra que nenhuma tarefa de educação infantil poderá ser fácil. De modo que não se pode fazer todas as vontades de uma criança uma vez que ela mesma deverá conhecer suas limitações a ponto de só “gritar” quando for mesmo necessário. Mas é nessa linguagem que nasce a primeira relação do homem com as coisas e, ao mesmo tempo em que Rousseau dá um princípio ativo para as crianças, tem o cuidado de que não façam dos outros instrumentos de ação para servirem suas fraquezas.

É necessário que, conhecendo bem as crianças, não as deixemos passar pelo hábito. E tratando o aluno segundo a sua idade, este, antes de saber o significado da sabedoria, praticará a importância da lição, pois ainda não saberá diferenciar a razão de todas as suas fantasias, e a pior educação é não deixar que flutue em suas fantasias e vontades. “Ninguém deve meter-se a educar uma criança se não souber conduzi-la para onde quiser através das únicas leis do possível e do impossível” (ROUSSEAU, 1992, p. 78). Nesse caso, o filósofo diz que se deve utilizar a liberdade bem regrada como instrumento para se obter sucesso na experiência: “[...] a única paixão natural do homem, é o amor de si mesmo ou o amor próprio tomado num sentido amplo” (p. 78). Ela só fará o bem uma vez que a natureza exige dela uma relação com os outros e, partindo de si mesma, será indiferente.

Parece, inicialmente que os homens nesse estado, não mantendo entre si nenhuma espécie de relação moral nem deveres conhecidos, não podiam ser bons nem maus e não tinham vícios nem virtudes, a menos que, tomando esses termos num sentido físico, se chame vícios as qualidades que no indivíduo podem prejudicar sua própria preservação, e virtudes, aquelas que para isso podem contribuir (ROUSSEAU, 1989, p. 72).

O conhecer o bem e o mal na relação dos seres humanos mantém uma reflexão, em que o homem natural do Emílio encontra seu estado de inocência, não tendo idéias de maldade; por isso, precisava conservar seu estado natural para viver bem na sociedade.

No entanto, se não tiver nenhum hábito, tornar-se-á o mais sensato dos homens; ter-se-ia, então, uma educação para fazer homens: “[...] como não se quer fazer de uma criança uma criança e sim um doutor, pais e mestres nunca acham cedo demais para ralhar, corrigir, repreender, lisonjear, ameaçar, prometer, instruir, apelar para a razão” (ROUSSEAU, 1992, p. 80). Com esse aspecto, o autor busca revelar que sensatez não é mostrar que algo lhes desagradou e, sim, adaptar a utilidade do método ao temperamento natural da criança. Ser prudente, dar atenção à natureza, aprender a não desperdiçar nenhum momento da fase do aprendizado do aluno, objetificando-o para a justiça, humanidade e a prática do bem comum.

A Educação só pode ser vista como uma prática de transformação quando atuar paralelamente como uma prática de libertação, em que se mantenham uma

pressão e um conflito permanentes entre o novo e o velho ou entre a reprodução e a transformação. Uma das tendências é sempre dominante, mas é a tensão que as sintetiza, dialeticamente e assim sucessivamente (NISKIER, 2001, p. 52).

Se, no entanto, a educação é apenas uma filosofia que quer legislar em uma ideologia, a educação proposta por Rousseau apóia-se num poder de desvincular-se, e ao educador cabem o trabalho e o resgate constante do modelo educacional rousseauiano. Nesse modelo, a educação tem um papel fundamental na formação do ser humano, como parte integrante e consciente da cidadania, estando alicerçada nos movimentos naturais de conservação e bem-estar.

Observando uma criança, o mestre deve cuidar, ser bom, virtuoso; ao invés de exigir, fazer do aluno alguém que saiba encarar os deveres dos homens, na tentativa de aprofundar as regras da educação. A “[...] única lição de moral que convém a infância, e a mais importante a qualquer idade, é a de não fazer mal a ninguém” (ROUSSEAU, 1992, p. 94), sobretudo, se o preceito de fazer o bem não é manipulando outras pessoas. O amadurecimento das idéias dá-se ao mesmo tempo em que uma criança vai crescendo e adquirindo a sabedoria.

A diferenciação no campo da intelectualidade é, no entanto, o desafio que Rousseau enfatiza na liberdade e na observação mais generalizada, quando o discernimento oferece ao aluno uma idéia que está ao seu alcance, deixando a natureza agir na

sua sabedoria. “O sistema educacional como um todo se propõe repassar de forma organizada às novas gerações o conhecimento já produzido pela humanidade na história” (FÁVERO, 2002, p. 80). A informação que o aluno recebe de seu mestre quando ainda é criança vai pautar a vida dele quando adulta, investigando seu saber como uma metodologia progressiva.

Se a educação não preparar as pessoas para os embates do meio, quando surgirem as adversidades e os desafios, elas se sentirão incapazes por não estarem preparadas. É aqui que Rousseau clarifica que tudo o que for vivenciado na infância terá reflexo na vida adulta como um fator determinante da formação do cidadão.

O desenvolvimento e o comportamento educacional

A influência está na concepção moderna, que centra sua ênfase na razão como fonte do conhecimento e desenvolvimento humano, de modo que a educação perpassa toda a ascendência histórica e cultural de uma determinada época a fim de construir homens novos, naturais, prudentes do qual o Emílio é o modelo. “Mestres diligentes e dedicados, sede simples, discretos: não vos apresseis jamais em agir a não ser para impedir que outros ajam. Repetirei-o sempre: abandonai, se necessário, uma boa instrução, de medo de dar uma prejudicial” (ROUSSEAU, 1992, p. 83).

O agir educacional tem a forma elementar de constituir um aluno para enfrentar como nenhum outro homem a capacitação perante a sociedade, a expor e defender a importância da individualidade e da liberdade, vivendo numa sociedade racional que respeite a natureza, partindo de premissas mais fortes, que é a convivência com o oposto, buscando uma complementaridade entre os homens. Isso se fundamenta numa boa instrução, onde o Emílio estabelece comparações, reflexões, máximas, conselhos, dúvidas, exemplos práticos, devaneios, enfim, conquistando não somente professores, mas, também, alunos para uma suposta cumplicidade na tarefa educativa. Essa abordagem elenca os princípios mais profundos de uma análise de suas obras, partindo de um pressuposto básico educacional ou de um manual prático de educação. “Todavia, foi Rousseau do Emílio, e não outro, que influenciou profundamente o pensamento pedagógico moderno, oferecendo a tradição pedagógica alguns novos “mitos” (a bondade da infância, a não intervenção educativa etc.) que tiveram ampla e prolongada fortuna” (CAMBI, 1999, p. 354).

Se Rousseau é considerado o “pai da pedagogia moderna”, propondo uma nova concepção de educação, introduz aqui uma inovação da educação. Hoje há uma releitura de Rousseau no sentido de rever os processos educacionais, principalmente quanto à artificialização das relações e ao desaparecimento do homem perante a hegemonia da tecnologia e da sociedade como um todo.

Os exemplos tomados pelo pensador francês estão, de certa forma, diretamente ligados à sua experiência pessoal e às suas vivências, seja na infância, seja na vida adulta. Esses fatos servem de lição para direcionar o método educacional na medida em que o aluno vai se desenvolvendo para tornar-se um ser social, dependente da racionalidade, e apto a desfrutar da liberdade, avaliando sua experiência própria, ou defendendo seus próprios interesses a fim de mobilizar as competências mais valiosas do conhecimento adquirido para entrar numa sociedade organizada e reconhecida pelo senso comum. “Toda aprendizagem seja intelectual ou ética, deve ocorrer em contato com as ‘coisas’, deve ser ‘indireta’. De fato, para Rousseau, o homem é educado pela ‘natureza’, pelas ‘coisas’ e pelos ‘homens’. Uma educação correta exige a valorização da natureza e das coisas e a eliminação da influência dos homens” (CAMBI, 1999, p. 351).

Rousseau afirma que a primeira educação não vem de fora, mas é pautada na livre enunciação do pensamento, na mais elementar associação por meio do contato com a natureza. A criança estaria, no entanto, desenvolvendo atividades relacionadas à sua vida cotidiana, em aspectos mais livres de entendimento, no processo de desenvolver capacidades físicas, intelectuais e morais.

Essa necessidade de reformar o homem natural, selvagem, ou humano, diante da massificação das informações e da perda de referências, passa a ter o sentido da existência humana fragili-

zada diante da banalidade com que se tratam os seres humanos hoje na conjuntura da sociedade, que se submete a certas regras sociais, pondo em linha reta a concepção de educação que se vivencia nos bancos escolares. O enfoque referencial do *Emílio* desenvolve uma qualidade no sentido de perfeição, e do aumento das capacidades interiores que permitem ao aluno alcançar a virtude através do respeito autêntico, canalizados para uma relação mediante certas coisas e certas relações sociais.

Não sei se, por não ter aprendido a imitar maneiras convencionais, nem a fingir sentimentos que não tem, meu rapaz será menos amável. Não é disso que se trata aqui. Sei apenas que será mais terno e custo a acreditar que quem só ama a si mesmo possa mascarar-se suficientemente para agradar, tanto quanto o que tira do seu amor aos outros um novo sentimento de felicidade (ROUSSEAU, 1992, p. 259).

Voltando ao método educacional, aproxima o sentimento de felicidade, ou as feições expressadas pelos seres humanos ao longo do tempo, que se revestem do sentido e das relações dadas por esses mesmos sujeitos no que diz respeito ao seu caráter, sua personalidade; alimenta a sensibilidade para que não seja perturbado o sentimento mais profundo do aluno, desumanizando-o, a fim de que não sofra as influências externas das idéias e da faculdade de conhecer e pressentir a liberdade conceitual de Rousseau. “O conceito nunca é dado de antemão, mas é sempre criado” (PIOVESAN, 2002, p. 204). Os conceitos sentimentais, filosóficos e

educacionais ultrapassam o bom senso e a qualidade do aperfeiçoamento intelectual do ser humano não como um obstáculo, mas como um método de ensinar as melhores condições possíveis de beneficiar o indivíduo natural, ainda mesmo quando é criança, deixando-a livre para desenvolver-se em comunhão com a natureza.

Fazendo uma análise do comportamento estudantil nos nossos dias, verifica-se que o processo pelo qual o aluno passa em sua vida é o reflexo daquilo que aprende com os próprios pais. “Na verdade os homens não nascem livres nem iguais, só se tornam assim através de um processo político” (GRUPPI, 1980, p. 18). Nessa perspectiva, Rousseau elucida que os homens não podem renunciar aos seus bens, a saber, à igualdade e à liberdade. No entanto, como a sociedade nasce de um contrato, o filósofo apresenta a mesma mentalidade para o individualismo, ou seja, se o indivíduo que funda a sociedade faz isso através de um contrato, esse acordo produz o estado e, dessa maneira, constitui a sociedade, a qual servirá à personalidade do homem.

[...] querendo formar um homem da natureza, nem por isso se trata de fazer dele um selvagem, de jogá-lo no fundo da floresta; mas que, entregue ao turbilhão social, basta que não se deixe arrastar pelas paixões nem pelas opiniões dos homens; que veja com seus olhos, que sinta com seu coração; que nenhuma autoridade o governe a não ser sua própria razão (ROUSSEAU, 1992, p. 291).

Considera que na representatividade o limite do conhecimento chegava

a amedrontar os indivíduos, de modo que “divinizavam” tudo; todo o conhecimento era moderado pela infinitude religiosa, limitando, assim, a clareza do significado de Deus como uma obrigação de crença. Foi aí que se esboçou o começo da reflexão humana, o pensar sobre o que é certo, o que é melhor para a vida em comum. Essa possibilidade emprega erro a quem não crê, devido ao mau emprego da razão, uma vez que, tenha “[...] razão ou não, não se trata aqui de um artigo de fé e sim de uma simples observação de história natural” (ROUSSEAU, 1992, p. 296).

De modo geral, o genebrino sustenta que, de um ponto de vista filosófico, a mobilização dos interesses religiosos, o educador deve habilitar o aluno a encontrar bases sólidas de confiança, segurança e continuidade na experiência concretizada a partir da natureza dotada de paixões, que servirão de embasamento para o bem-estar da sociedade na idade da sabedoria. Essa sustentação, que dá ao autor a esperança de contemplar a construção dos hábitos culturais, religiosos e amorosos, é a definição quanto ao gênero que é dada por meio da educação e da convivência no seio da cultura.

Segundo Milaneze (2003), Rousseau busca uma natureza humana selvagem, pura, sem a mácula do mundo corrompido pela civilização. É o famoso mito do bom selvagem, ser íntegro e primitivo, tão amplamente retomado pelos autores românticos. Esse homem está oculto no interior de cada homem e possui a essência de todos os homens,

a liberdade, mas uma liberdade não apenas social, também emocional, sentimental. Nesse percurso evidencia-se mais uma vez a criatividade que Rousseau atribui ao *Emílio*.

Os objetivos educacionais propostos por Rousseau permitem a observação de tudo o que se passa ao nosso redor no universo no qual estamos inseridos, mas, acima de tudo, da educação, apresentada como um modelo de reflexão e aprendizado do que está sendo vivenciado hoje. A experimentação do método proposto por Rousseau no *Emílio* é hoje um manual teórico para a fundamentação da pedagogia, pois apóia-se na filosofia para reconstituir o espaço dos confrontos e dos planejamentos em estudos realizados com relação às disciplinas, às metodologias e à relação professor-aluno,

Sendo a educação um projeto político e filosófico ao mesmo tempo, ela não pode fundamentar-se apenas em critérios de racionalidade científica. Se ela foi boa para a melhoria do ranking industrial brasileiro, nas últimas décadas, não foi para determinar um “saber” dos valores e não soube fundir os interesses individuais e os da sociedade. A tensão entre estes é sempre saudável, porque pode levar a soluções de compromissos e de integração (NISKIER, 2001, p. 54).

O desenvolvimento educacional é a mediação característica da relação homem-mundo-homem; a regulamentação das ações dos homens tem sua base do conhecimento nas relações sociais e na linguagem comunicativa, no importante papel do educador e do

educando perante a sociedade. É nos bancos escolares que cada vez mais se exercita o experimento sustentável da arte de ensinar. A definição dos termos educativos que se deseja preservar ficou e ficará como um memorial que lembra a contribuição e a circunstância de como o homem depende da educação para a sua formação e da sociedade.

Concluindo: a reflexão perante o desenvolvimento intelectual e a leitura de Rousseau

Reconstruiu-se o núcleo do pensamento educacional proposto por Rousseau, abordando o método, a liberdade, a felicidade e como fazer para chegar à perfeição, a ser parte integrante da sociedade; ser um cidadão. No entanto, as características próprias do ser humano, em sua convivência natural, educado onde vivia livre e independente, são trazidas para a atualidade em que se vive, num mundo sobreposto por necessidades artificiais que tornam o homem um ser dependente e corrompido pela sociedade. O ser humano perdeu a essência de seu ser, a liberdade, vivendo numa sociedade por si corrompida. Diante desse aspecto, evidencia-se uma educação capaz de guiar o aluno de forma que, quando precisar proclamar idéias coerentes, possa fazê-lo sem nenhum bloqueio.

Em síntese, a educação, como plano de reconstrução para o indivíduo, tem como fim supremo reconduzir o homem a seu estado de natureza, onde ele poderia reencontrar um conjunto de todas as qualidades, como a permissão e a experiência de sua própria liberdade, fundamentada no sentimento de amor à natureza, determinando o seu aprendizado nas diversas etapas para, posteriormente, contemplar a virtude e o seu bem-estar comum, baseado no revestimento da educação que o Emílio recebeu.

Como se pode observar, o desenvolvimento educacional partiu da pedagogia rousseauiana como uma possibilidade de efetivar uma educação como modelo baseada na natureza humana livre e perfeita para a realização da prática educacional. Nesse patamar de estudo, a proposta que Rousseau concebeu para o projeto político-pedagógico é considerada um dos maiores desafios, uma vez que trabalhar o pensamento do filósofo é, paradoxalmente, difícil e agradável. Interpretá-la é uma tarefa que, nitidamente, parece ser árdua, mas, dentro de uma sistemática filosófica coerente, é uma atividade prazerosa.

O problema que o *Emílio* aborda associa-se à verdadeira felicidade e à moral que se instituem na sociedade legítima como um todo. Estudar o *Emílio* é mais do que um desafio; é permitir-se mostrar o que parece ser intransponível entre conceber um aluno determinado e revestido de personalidade como uma projeção para a sociedade. É, portanto, demonstrar que as descobertas dos princípios universais levam sempre a manifestações do social histórico, tirando dessa obra a lição de que a consciência humana é o hábito de julgamento.

A educação passa a ser a compreensão e o entendimento de qualquer aspecto social na estruturação dos novos significados e da interação construtiva de aprender e ensinar o aluno para os embates do meio social. Ficam a mensagem e a provocação de que o aprender busca o entendimento de diferentes pontos de vista, elaborados a partir de Rousseau, desenvolvendo todas as habilidades, tendo como referencial as teorias estudadas, da interação do professor e do aluno na contextualização do *Emílio*.

Referências

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão?* Campinas - SP: Papirus, 1991.

FÁVERO, Altair Alberto; TROMBETTA, Gerson Luís; RAUBER, Jaime José. *Filosofia e racionalidade*: Festschrift em homenagem aos 45 anos do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 2002.

FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar. *Um olhar sobre o ensino de filosofia*. Ijuí - RS: Unijuí, 2002.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1996.

KOHAN, Walter. *Ensino de filosofia*: perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MILANEZE, Érica. *Rousseau e o romantismo*: algumas observações. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/ext00/em.htm>. Acesso em: 23 jul. 2003.

NISKIER, Arnaldo. *Filosofia da educação*: uma visão crítica. São Paulo: Loyola, 2001.

PIOVESAN, Américo; EDIT, Celso; GARCIA, Cláudio Boeira; HEUSER, Ester Maria Dreher; FRAGA, Paulo Denisar. *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Unijuí, 2002.

ROUSSEAU, J. J. *As confissões*. São Paulo: Atena, 1959. v. 1 e 2.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: UnB, 1989.

_____. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1992.

_____. *Obras II*. São Paulo: Globo, 1962.

_____. *O contrato social*: princípios de direito político. 19. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Notas

¹ Hobbes atribuiu ao estado de natureza características como sociabilidade, razão, paixão, discordando, portanto, de Rousseau ao chamar de estado de natureza o mesmo estado social, pois o homem natural não possui as características do homem social.

² Essa é uma circunstância externa ao homem. Busca o aprendizado através de observações.

³ Rousseau utiliza-se desse comentário para dizer que, quanto mais desafios uma criança enfrentar, mais rápido será o seu aprendizado.